

VIDAS CELEBRADAS, VIDAS SILENCIADAS E IDOLATRIA DE GÊNERO EM CONTEXTOS ÉTNICO-RACIAIS

Andrea Almeida Zamorano¹.

Centro Universitário UniFAVENI.

RESUMO: Este artigo investiga as dinâmicas contemporâneas de celebração e silenciamento de corpos racializados a partir de uma perspectiva interseccional, analisando como a indústria cultural e as mídias digitais operam na produção seletiva de visibilidade. O estudo examina, de um lado, a construção de celebridades negras como Beyoncé, Serena Williams e Rihanna, cujas trajetórias são marcadas pela negociação entre agência feminina e estereótipos raciais; de outro, analisa casos de silenciamento sistemático, como o da jovem indiana Monalisa e de mulheres negras trabalhadoras representadas em conteúdos virais racistas. A partir do referencial teórico da interseccionalidade (Crenshaw), do conceito de misogynoir (Bailey) e da crítica feminista da cultura visual (Mulvey, hooks), o artigo argumenta que a idolatria de gênero em contextos étnico-raciais opera por meio de mecanismos ambivalentes: enquanto algumas vidas são hipervisibilizadas sob o signo da exceção e do consumo, outras são submetidas ao apagamento ou à exposição violenta. A pesquisa evidencia que tanto a celebração quanto o silenciamento constituem faces do mesmo dispositivo de controle dos corpos racializados, que ora os fetichiza como mercadorias exóticas, ora os descarta como inabitáveis. Conclui-se que a compreensão desses mecanismos é fundamental para o desenvolvimento de práticas midiáticas verdadeiramente incluídas e éticas.

PALAVRAS-CHAVE: Interseccionalidade. Misogynoir. Celebridades negras.

LIVES CELEBRATED, LIVES SILENCED AND GENDER IDOLATRY IN ETHNIC- RACIAL CONTEXTS

ABSTRACT: This article investigates the contemporary dynamics of celebration and silencing of racialized bodies from an intersectional perspective, analyzing how the cultural industry and digital media operate in the selective production of visibility. The study examines, on one hand, the construction of Black celebrities such as Beyoncé, Serena Williams, and Rihanna, whose trajectories are marked by the negotiation between female agency and racial stereotypes; on the other, it analyzes cases of systematic silencing, such as that of the young Indian woman Monalisa and Black working women represented in racist viral content. Drawing on the theoretical framework of intersectionality (Crenshaw), the concept of misogynoir (Bailey), and feminist critique of visual culture (Mulvey, hooks), the article argues that gender idolatry in ethnic-racial contexts operates through ambivalent mechanisms: while some lives are hypervisible under the sign of exception and consumption, others are subjected to erasure or violent exposure. The research shows that both celebration and silencing constitute faces

of the same control device over racialized bodies, which sometimes fetishizes them as exotic commodities, other times discards them as uninhabitable. It concludes that understanding these mechanisms is fundamental for developing truly inclusive and ethical media practices.

KEYWORDS: Intersectionality. Misogynoir. Black celebrities.

INTRODUÇÃO

Em setembro de 2018, a final do US Open de tênis entre Serena Williams e Naomi Osaka foi marcada não apenas pela vitória da tenista japonesa, mas por uma controvérsia arbitral que gerou reações desproporcionais contra Williams. No dia seguinte, o cartunista Mark Knight publicou no jornal australiano Herald Sun uma ilustração que retratava a campeã negra com traços grotescamente exagerados – lábios enormes, corpo desproporcional, cabelo crespo em explosão – enquanto a vencedora, de ascendência japonesa e haitiana, era representada como uma loira de traços indefinidos, suplicante para que a adversária a deixasse vencer (1). A imagem não era apenas um cartum: era a cristalização de um imaginário racial que há séculos regula quais corpos podem ser celebrados e quais devem ser ridicularizados, quais vidas merecem narrativa e quais são silenciadas.

Este artigo parte da premissa de que as sociedades contemporâneas, especialmente no âmbito da cultura midiática globalizada, operam por meio de uma economia política da visibilidade profundamente marcada por clivagens de gênero e raça. De um lado, temos o fenômeno da idolatria – a celebração de determinadas figuras públicas que, por sua excelência, beleza ou carisma, ascendem a um patamar de hipervisibilidade. De outro, o silenciamento sistemático de corpos que não se enquadram nos estreitos parâmetros do que é considerado digno de atenção, ou que, quando visibilizados, o são sob o signo da violência simbólica, da fetichização ou do escárnio.

A questão que orienta esta investigação pode ser assim formulada: como operam os mecanismos de celebração e silenciamento de vidas racializadas na cultura midiática contemporânea, e de que forma esses processos se articulam com a idolatria de gênero? Para respondê-la, adotamos uma perspectiva interseccional (9) que compreende raça, gênero, classe e outros marcadores sociais como categorias que não operam isoladamente, mas em complexa interação. O argumento central é que tanto a hipervisibilidade celebratória quanto o apagamento ou a exposição violenta constituem faces complementares de um mesmo dispositivo de gestão dos corpos racializados – dispositivo que ora os eleva à condição de mercadorias exóticas, ora os descarta como inabitáveis.

O artigo estrutura-se em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta o referencial teórico, articulando contribuições da teoria feminista, dos estudos raciais críticos e da interseccionalidade. A segunda examina o fenômeno das “vidas celebradas”, analisando a construção midiática de celebridades negras como Beyoncé, Serena Williams e Rihanna. A terceira volta-se para as “vidas silenciadas”, investigando casos de apagamento e exposição violenta, como o da jovem indiana Monalisa e de trabalhadoras negras representadas em conteúdos virais racistas. A quarta seção

aprofunda a análise da idolatria de gênero em contextos étnico-raciais, problematizando seus mecanismos e contradições. Por fim, a quinta seção discute as implicações éticas e políticas desses achados para a produção midiática e para a construção de sociedades mais justas.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Investigar como operam os mecanismos de celebração e silenciamento de corpos racializados na cultura midiática contemporânea, analisando sua articulação com a idolatria de gênero em contextos étnico-raciais a partir de uma perspectiva interseccional.

Objetivos Específicos

- a) Examinar a construção midiática de celebridades negras (Beyoncé, Serena Williams, Rihanna, Lizzo), identificando as negociações entre agência feminina, estereótipos raciais e lógicas da indústria cultural;
- b) Analisar casos de silenciamento e exposição violenta de mulheres racializadas (Monalisa, trabalhadoras migrantes, representações em vídeos de IA), compreendendo seus mecanismos e efeitos;
- c) Problematizar a ambivalência da idolatria de gênero em contextos étnico-raciais, evidenciando como hipervisibilidade e apagamento constituem faces complementares do controle dos corpos racializados;
- d) Discutir implicações éticas e políticas para a produção midiática e para a construção de representações verdadeiramente includentes.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e de natureza bibliográfica e documental, adotando a abordagem interseccional como lente analítica central. O percurso metodológico estruturou-se em três etapas: (1) revisão sistemática da literatura especializada publicada nos últimos três anos (2023-2026) nas bases Scopus, Web of Science e Google Scholar, utilizando os descritores “interseccionalidade”, “misogynoir”, “celebridades negras”; (2) análise de discurso de fontes documentais selecionadas, incluindo autobiografias fílmicas (Beyoncé), casos midiáticos de grande repercussão (Serena Williams, Monalisa) e conteúdos virais em plataformas digitais (vídeos de IA); (3) estudo de casos múltiplos, com recorte intencional de figuras e eventos representativos das categorias “vidas celebradas” (Beyoncé, Serena Williams, Rihanna, Lizzo) e “vidas silenciadas” (Monalisa, trabalhadoras migrantes, mulheres negras em vídeos de IA). A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise temática de conteúdo, identificando padrões recorrentes relacionados à fetichização racial, à hipersexualização, ao apagamento e à violência simbólica nos discursos midiáticos analisados.

REFERENCIAL TEÓRICO:

INTERSECCIONALIDADE, MÍDIA E PODER

Interseccionalidade e a crítica da representação

A noção de interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980, constitui ferramenta analítica indispensável para compreender as experiências específicas de mulheres racializadas, que não podem ser adequadamente apreendidas por análises que consideram raça e gênero de forma isolada. Como argumenta a autora, “a experiência interseccional é maior que a soma do racismo e do sexismo, de modo que qualquer análise que não leve a interseccionalidade em conta não pode abordar suficientemente a maneira particular pela qual as mulheres de cor são subordinadas” (9).

No campo da comunicação e da cultura midiática, a abordagem interseccional permite identificar como as representações operam por meio de múltiplas camadas de significação. Uma mulher negra não é representada apenas como mulher ou apenas como negra, mas sim a partir de um imaginário que combina estereótipos de gênero e raça de maneira específica – a “mulher negra raivosa”, a “mãe preta sacrificial”, a “hipersexualizada exótica”, a “supermulher forte que tudo suporta”. Esses estereótipos não são novos, mas ganham contornos particulares no ambiente digital contemporâneo.

Misogynoir e a especificidade da opressão de mulheres negras

O conceito de misogynoir, desenvolvido pela estudiosa Moya Bailey, nomeia a forma específica de misoginia dirigida a mulheres negras, que combina racismo e sexismo de maneiras particulares. Diferentemente da misoginia genérica ou do racismo genérico, o misogynoir opera por meio de imagens e narrativas que historicamente desumanizam mulheres negras – da figura da “Jezebel” hipersexualizada à “mammy” assexuada e servil, da “welfare queen” que exploraria o Estado à “angry Black woman” incapaz de controle emocional (10).

No contexto das mídias digitais, o misogynoir assume novas formas. Pesquisa recente de Vimbai Mutero identificou como influenciadores negros, majoritariamente homens, utilizam plataformas como YouTube, TikTok e Instagram para policiar a feminilidade negra, disseminando três mensagens centrais: a caracterização da igualdade de gênero como traição aos valores culturais negros; o desencorajamento da independência feminina, retratando mulheres solteiras como indesejáveis ou infelizes; e a glorificação do sofrimento e da submissão como virtudes femininas (6). Como observa a autora, “o gaslighting, a manipulação e a regulação social que ocorrem em espaços online condicionam mulheres negras a normalizar a coerção, a submissão e a supressão emocional” (6).

O olhar masculino e a fetichização da diferença

A crítica feminista da cultura visual, inaugurada por Laura Mulvey com o conceito de “male gaze” (olhar masculino), continua fundamental para compreender a posição das mulheres como espectáculo, como objetos “para-serem-olhados” (9). Mulvey demonstrou

como o cinema clássico estruturava a narrativa em torno de um ponto de vista masculino, relegando a mulher à função de imagem passiva, contemplada pelo herói ativo e pelo espectador que com ele se identifica. Bell hooks, em “Black Looks: Race and Representation”, estendeu essa crítica para incluir a dimensão racial, analisando como a “comodificação da alteridade” opera na sociedade contemporânea. Para hooks, “a mercantilização da diferença tem sido tão bem-sucedida porque é oferecida como um novo deleite, mais intenso, mais satisfatório do que as maneiras normais de fazer e sentir” (9). Nesse processo, mulheres racializadas são reduzidas a símbolos de beleza «exótica», seus corpos transformados em produtos consumíveis – mas esse consumo não implica reconhecimento de sua humanidade plena, muito menos desafia as hierarquias que as subordinam.

Indústria cultural e a produção da celebridade

A análise da indústria cultural, desde os escritos fundadores de Adorno e Horkheimer, passando pelas contribuições de Edgar Morin sobre a cultura de massas, fornece elementos para compreender o fenômeno da idolatria contemporânea. A celebridade, nessa perspectiva, não é um fenômeno espontâneo, mas um produto cuidadosamente fabricado por mecanismos industriais que combinam marketing, assessoria de imprensa, gestão de imagem e, mais recentemente, estratégias de engajamento em redes sociais.

No caso de celebridades negras, essa fabricação envolve negociações complexas com estereótipos raciais. Como analisa a pesquisa de Lucy Bolton sobre a figura de Beyoncé, a construção da imagem da artista envolve o que a teórica Luce Irigaray denominou “mímica” – a assunção deliberada do papel feminino como estratégia para converter uma forma de subordinação em afirmação (1). Beyoncé não simplesmente reproduz ou recusa os estereótipos disponíveis: ela os performa de maneira que, simultaneamente, reconhece seu poder e os subverte.

VIDAS CELEBRADAS: A CONSTRUÇÃO MIDIÁTICA DE ÍDOLOS NEGROS

Beyoncé: agência feminina e imaginários raciais

A trajetória de Beyoncé Knowles-Carter constitui caso paradigmático das complexidades envolvidas na celebração de corpos racializados. De sua ascensão no grupo Destiny’s Child ao estrelato solo e à consagração como uma das artistas mais influentes do século XXI, Beyoncé tem navegado pelas tensões entre a indústria musical, as expectativas do público e sua própria agência criativa. A análise de sua autobiografia fílmica “Life Is But a Dream” (2013) revela as múltiplas dimensões que convergem na construção de sua persona pública: a agência profissional feminina negra, a identidade materna e o feminismo (5). O documentário, dirigido pela própria artista, oferece um contraponto às narrativas midiáticas que frequentemente tentam enquadrar mulheres negras bem-sucedidas em categorias redutoras – a diva inacessível, a workaholic que sacrifica a vida pessoal, a esposa submissa a um marido poderoso.

O que a análise interseccional evidencia, no entanto, é que mesmo uma figura

celebrada como Beyoncé não está imune aos mecanismos de controle racial. A recepção de seu trabalho, particularmente de álbuns explicitamente políticos como “Lemonade” (2016) e “Black Is King” (2020), é marcada por tentativas de deslegitimação que recorrem a estereótipos raciais – a acusação de ser “raivosa demais”, de promover “separatismo negro”, de usar sua plataforma para “dividir” em vez de “unir”. Essas reações revelam os limites da celebração: uma mulher negra pode ser idolatrada desde que permaneça nos limites do que é considerado aceitável, desde que sua negritude seja estética, não política.

Serena Williams: excelência, raça e a punição do corpo negro

Nenhum caso ilustra tão claramente a ambivalência da celebração quanto o de Serena Williams. Considerada por muitos a maior tenista de todos os tempos, com 23 títulos de Grand Slam, Williams construiu uma carreira que desafia não apenas adversárias, mas também expectativas sociais sobre como corpos negros devem se comportar em espaços majoritariamente brancos.

A análise de Bolton sobre o cartum de Mark Knight é reveladora: a representação de Williams com traços grotescamente exagerados não é um incidente isolado, mas parte de uma longa tradição de caricaturas racistas que remonta aos períodos da escravidão e da segregação Jim Crow (1). Como observa Mara Ahmed, “cartuns criam certos códigos visuais e certa abreviação para uma ideia ou conceito e uma linguagem racista particular que pode moldar a paisagem política e social de maneira muito poderosa” (1). O que está em jogo nesse tipo de representação é a punição simbólica de um corpo negro que ousa ocupar espaços de excelência e poder. Serena Williams não é apenas uma atleta vitoriosa: é uma mulher negra de corpo robusto, cabelo crespo, expressão intensa, que não se curva às expectativas de feminilidade dócil e submissa. Sua celebração, portanto, vem acompanhada de tentativas constantes de “colocá-la em seu lugar” – seja por meio de comparações com tenistas brancas consideradas mais “graciosas”, seja por meio de sanções desproporcionais em quadra, como a que gerou a controvérsia de 2018.

Lizzo e Rihanna: corpo, sexualidade e empoderamento

Lizzo e Rihanna representam, cada uma a seu modo, outras dimensões da celebração de mulheres negras na cultura contemporânea. Lizzo emergiu como fenômeno global justamente por subverter expectativas sobre corpos gordos e negros: sua música celebra a autoaceitação, sua presença cênica é expansiva e alegre, sua imagem pública recusa a vergonha corporal que historicamente foi imposta a mulheres com corpos fora do padrão.

A análise da construção da marca pessoal de Lizzo revela a intersecção entre religiosidade, raça, gênero e política corporal (5). Diferentemente de outras artistas que precisaram se desvincular de suas origens religiosas para serem aceitas, Lizzo integra sua formação na igreja gospel a uma mensagem de empoderamento que ressoa com públicos diversos. Sua celebração, no entanto, também é marcada por ataques misóginos e gordofóbicos que revelam os limites da aceitação de corpos não normativos.

Rihanna, por sua vez, oferece um caso interessante de negociação entre identidade cultural, agência feminina e sexualidade. A análise do documentário “Rihanna: Good Girl, Bad Girl” evidencia como a artista barbadense navegou entre as imagens da “boa moça” e da “garota má”, recusando-se a ser fixada em qualquer uma delas (5). Sua trajetória empresarial – da música à moda com a marca Fenty, que revolucionou a indústria cosmética ao oferecer 40 tons de base para peles negras – demonstra como a celebração pode ser convertida em poder econômico e em transformação de mercados historicamente excludentes.

VIDAS SILENCIADAS: APAGAMENTO E EXPOSIÇÃO VIOLENTA

Monalisa: a jovem que virou meme

Em janeiro de 2025, durante o Kumbh Mela em Prayagraj, uma jovem de origem trabalhadora chamada Monalisa tornou-se inadvertidamente uma sensação viral quando sua fotografia foi amplamente compartilhada nas redes sociais. Rotulada como “beleza morena” por admiradores, sua ascensão à fama foi menos uma celebração de sua individualidade e mais um testemunho da onipresença do olhar masculino, da fetichização da pele morena e dos sistemas patriarcais que continuam a desumanizar mulheres (9).

O caso de Monalisa é emblemático do que acontece quando corpos racializados de classes populares são subitamente visibilizados. Diferentemente de Beyoncé ou Serena Williams, que contam com estruturas de assessoria e gestão de imagem, Monalisa foi exposta sem qualquer mediação ou proteção. Comentários como “ela é uma deusa” ou “uma beleza rara” mercantilizaram sua aparência ao mesmo tempo que apagaram sua humanidade. A mesma sociedade que a fetichizou por seu tom de pele é a que marginaliza mulheres como ela na vida cotidiana (9).

A análise feminista permite compreender que a visibilidade, por si só, não é libertadora. Como argumenta Nancy Fraser, “a visibilidade torna-se uma armadilha quando divorciada da agência e do poder efetivos” (9). A visibilidade de Monalisa amplificou sua vulnerabilidade em vez de empoderá-la: recebeu mensagens inapropriadas, foi trollada online, tratada como espetáculo público. Quando o assédio escalou, seu pai a recolheu para casa, efetivamente removendo-a do olhar público – uma proteção que, nas palavras de Nivedita Menon, reproduz a lógica patriarcal de controlar a vida das mulheres para salvaguardá-las: “Estar ‘segura’ em uma sociedade patriarcal é frequentemente estar invisível” (9).

Trabalhadoras migrantes e o apagamento midiático

Outra face do silenciamento é o apagamento puro e simples – a não representação ou a representação estereotipada que torna certos grupos invisíveis em sua complexidade humana. Pesquisa sobre discursos midiáticos durante a pandemia de COVID-19 analisou mais de mil reportagens sobre precariedade migrante na Índia e nos Estados Unidos, identificando padrões de inclusão e exclusão generificadas (2).

Os resultados são reveladores: mesmo discursos midiáticos aparentemente pró-

imigrantes continuaram a enfatizar a vulnerabilidade dos migrantes, transformando-os em “adereços feminizados” para debates políticos mais amplos. Nesse processo, as contribuições econômicas dos migrantes – frequentemente como “trabalhadores essenciais” – permaneceram invisíveis. Os discursos também reproduziram estereótipos interseccionais, às vezes removendo completamente as mulheres, e frequentemente amplificando ou apagando seletivamente suas identidades raciais, étnicas e de casta (2).

O que esse estudo evidencia é que o silenciamento não é apenas ausência, mas também presença distorcida. Mulheres migrantes aparecem nas narrativas midiáticas, mas aparecem de maneira que reforça sua posição subordinada – como vítimas passivas, como mães sofredoras, como corpos vulneráveis que precisam de proteção, nunca como agentes econômicos, políticos ou culturais.

Vídeos de IA e a nova face do racismo digital

A mais recente manifestação do silenciamento e da exposição violenta de corpos racializados ocorre no âmbito das novas tecnologias de inteligência artificial. Em novembro de 2025, vários vídeos gerados por IA viralizaram nas redes sociais retratando mulheres negras em situações degradantes: em um deles, uma mulher negra aparecia em uma casa cheia de bebês chorando, gritando sobre o corte de benefícios sociais, tendo sete filhos com sete homens e afirmando ser responsabilidade dos contribuintes sustentá-la (10).

Esses vídeos atualizam o estereótipo da “welfare queen” (rainha do bem-estar social) – uma imagem que retrata mulheres negras como indolentes e exploradoras dos programas de assistência governamental. Como observa Janice Gassam, “na superfície, alguns podem não entender o dano desses vídeos. Muitos podem alegar que são representações lúdicas, feitas para diversão e humor. Mas os impactos são de longo alcance” (10). Para muitas pessoas, particularmente aquelas com pouco ou nenhum contato com mulheres negras exceto no local de trabalho, esses vídeos de IA contribuem para um sistema mais amplo de viés e desigualdade. Pesquisa da Harvard Kennedy School revelou que quando mulheres negras começam suas carreiras trabalhando com maior percentual de colegas brancos, são mais propensas a deixar seus empregos e menos propensas a serem promovidas (10). Vídeos aparentemente benignos como os que recentemente circularam podem agravar o dano que mulheres negras já experimentam no trabalho.

O que esses casos têm em comum é a operação de um mecanismo que transforma corpos racializados em espetáculo – seja para consumo estético, seja para escárnio moralizante. Tanto no caso de Monalisa quanto no das trabalhadoras migrantes e das mulheres negras dos vídeos de IA, o que está em jogo é a negação da subjetividade plena: essas pessoas não são vistas como indivíduos com histórias, desejos, projetos, mas como representantes de categorias – a “beleza exótica”, a “vítima vulnerável”, a “exploradora do sistema”.

IDOLATRIA DE GÊNERO EM CONTEXTOS ÉTNICO-RACIAIS

A ambivalência da celebração

A análise dos casos apresentados permite problematizar a noção de idolatria, frequentemente compreendida como fenômeno exclusivamente positivo. A idolatria de gênero em contextos étnico-raciais é profundamente ambivalente: celebrar uma figura como Beyoncé ou Serena Williams pode significar, simultaneamente, reconhecer sua excelência e contê-la dentro de limites aceitáveis, admirá-la e exotizá-la, empoderá-la e controlá-la. Essa ambivalência fica evidente no conceito de “subliminal postmodern minstrelsy” (mímica pós-moderna subliminar), desenvolvido por Jonathan Branfman para analisar a performance de celebridades judias como Drake, Seth Rogen e Zac Efron. Trata-se de “caricaturas raciais que os artistas e o público raramente reconhecem como caricaturas sintéticas, e que ambivalentemente desafiam e renormalizam a desigualdade” (7). A ambiguidade dessas performances as torna extremamente comercializáveis, permitindo que o público consuma a mímica e suas mensagens opressivas sem percebê-las, ou podendo plausivelmente negá-las.

Aplicado às celebridades negras, o conceito ajuda a compreender como Beyoncé ou Rihanna podem, simultaneamente, subverter estereótipos e ser lidas através deles. Quando Beyoncé performa feminilidade hipersexualizada, está repetindo o estereótipo da Jezebel ou está o subvertendo ao fazê-lo a partir de uma posição de controle criativo e poder econômico? A resposta é ambas as coisas – e é precisamente essa ambiguidade que torna sua imagem tão poderosa e tão contestada.

O duplo vínculo das mulheres racializadas

As mulheres racializadas em posição de visibilidade encontram-se frequentemente em situações de duplo vínculo: se expressam raiva ou indignação, confirmam o estereótipo da “mulher negra raivosa”; se permanecem calmas e controladas, são acusadas de passividade ou de “saberem seu lugar”. Se exibem seus corpos com orgulho, são hipersexualizadas; se os cobrem, são reprimidas ou acusadas de falsa modéstia. Se falam de racismo, são “divisivas”; se silenciam sobre o tema, são cúmplices da opressão.

Essa dinâmica ficou evidente na reação midiática à controvérsia envolvendo Serena Williams no US Open. A tenista foi penalizada por reclamações consideradas excessivas contra o árbitro – punições que, como muitos observaram, dificilmente seriam aplicadas com o mesmo rigor a um tenista branco masculino. Quando Williams reagiu com indignação, foi retratada como descontrolada, infantil, incapaz de lidar com a derrota. Naomi Osaka, por sua vez, foi elogiada por sua “frieza” e “profissionalismo” – mas essa celebração também apagava sua complexidade racial, como evidenciado pela representação do cartum que a “embranqueceu” como uma loira sem traços definidos (1).

Algoritmos, engajamento e a reprodução de estereótipos

No ambiente digital contemporâneo, a idolatria e o silenciamento são amplificados por mecanismos algorítmicos que operam com lógica própria. As plataformas de mídia social são projetadas para maximizar engajamento, e conteúdos que evocam emoções fortes – incluindo raiva, indignação e desejo – tendem a ser privilegiados pelos algoritmos (4).

Pesquisa sobre estereótipos de gênero na Ásia revelou como algoritmos empurram conteúdos com bom desempenho, o que frequentemente significa conteúdos chamativos, carregados emocionalmente ou sensacionalistas. Quando mulheres que não se conformam a essas expectativas se manifestam online, frequentemente encontram assédio, trolling ou silenciamento, criando um efeito inibidor que leva muitas a se autocensurarem em vez de desafiar o status quo (4). Além disso, valores tradicionais são frequentemente “armados” digitalmente. Pesquisadores identificaram como ideais confucionistas e budistas são utilizados na mídia chinesa para justificar a subordinação feminina, com frases como “homens fora, mulheres dentro” ainda orientando expectativas na vida privada e pública (4). Sob essas normas, uma mãe trabalhadora é vista como egoísta, enquanto um pai que fica em casa é elogiado por “ajudar”.

IMPLICAÇÕES ÉTICAS E POLÍTICAS

Para além da representação: agência e poder

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite extrair implicações importantes para a produção midiática e para as lutas por justiça social. A primeira delas é que a mera presença de corpos racializados nos meios de comunicação não é suficiente para caracterizar progresso. A representação pode ser tão opressiva quanto a ausência, quando reproduz estereótipos ou quando expõe pessoas vulneráveis sem lhes dar controle sobre suas próprias imagens.

O desafio, portanto, não é apenas aumentar a quantidade de representações de mulheres negras, indígenas, asiáticas ou de outras minorias, mas transformar as condições em que essas representações são produzidas. Isso implica questões de autoria: quem controla as narrativas? Quem decide quais histórias contar e como contá-las? Quem se beneficia econômica e simbolicamente dessas representações?

Implica também questões de agência: as pessoas representadas têm poder sobre suas próprias imagens? Podem recusar visibilidade quando ela é predatória? Podem negociar os termos de sua exposição? O caso de Mona Lisa é exemplar a esse respeito: sua imagem circulou globalmente sem que ela tivesse qualquer controle sobre esse processo, e as consequências recaíram inteiramente sobre seus ombros – inclusive a perda de sua liberdade de circular em espaços públicos.

Responsabilidade de plataformas e produtores de conteúdo

A crescente concentração da circulação de imagens em poucas plataformas digitais

– YouTube, Instagram, TikTok, X – confere a essas empresas, enorme responsabilidade sobre os efeitos sociais das representações que hospedam e promovem. Pesquisas demonstram que conteúdos inclusivos reduzem vieses raciais e de gênero, mas conteúdos não inclusivos continuam a dominar os meios populares (8).

O estudo longitudinal de mais de 300 mil imagens ao longo de cinco décadas revelou que minorias raciais aparecem com muito menos frequência que brancos, e quando aparecem, são retratadas de forma menos proeminente e tendem a transmitir emoções mais negativas. Além disso, mulheres são mais propensas a serem retratadas com corpos inteiros, enquanto homens são apresentados com mais frequência apenas pelo rosto – disparidade que exemplifica o “face-ism” (rostismo), em que enfatizar rostos sobre corpos está associado a percepções de maior competência e inteligência (8).

A pesquisa também demonstrou, por meio de experimentos com pesquisas, que a exposição a conteúdos inclusivos – em vez de conteúdos racial e genericamente homogeneizados – reduz significativamente os vieses de percepção em relação a minorias em áreas como renda familiar, mérito para contratação, padrões de beleza, posições de liderança e representação de mulheres no local de trabalho (8).

Esses achados sugerem que plataformas e produtores de conteúdo têm não apenas a responsabilidade ética de evitar danos, mas também a oportunidade de contribuir ativamente para a redução de preconceitos sociais por meio de escolhas editoriais e algorítmicas conscientes.

Educação midiática e letramento racial

Por fim, a transformação das dinâmicas de celebração e silenciamento passa necessariamente pela educação. O desenvolvimento de capacidades críticas para analisar representações midiáticas – compreendendo como imagens são construídas, que interesses servem, que efeitos produzem – é ferramenta fundamental para que públicos possam resistir à internalização de estereótipos e exigir conteúdos mais éticos.

O letramento racial, especificamente, envolve a capacidade de identificar e nomear operações do racismo em suas manifestações cotidianas, inclusive nas representações midiáticas aparentemente inofensivas. Compreender que um cartum “engraçado” sobre uma atleta negra participa de uma longa tradição de desumanização, ou que um vídeo viral “divertido” com IA reforça estereótipos que custam empregos e oportunidades a mulheres negras, é parte essencial da formação de cidadãos capazes de construir sociedades mais justas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo percorreu um arco que vai da celebração de Beyoncé ao apagamento de Monalisa, passando pela excelência punida de Serena Williams, pela hipersexualização de Rihanna, pela vulnerabilidade das trabalhadoras migrantes e pela desumanização algorítmica de mulheres negras em vídeos de IA. Ao longo desse percurso, buscou-se demonstrar

que celebração e silenciamento não são fenômenos opostos, mas complementares – duas faces do mesmo dispositivo de gestão dos corpos racializados.

A idolatria de gênero em contextos étnico-raciais revela-se, assim, profundamente ambivalente. Celebrar determinadas figuras negras pode significar, simultaneamente, reconhecer sua excelência e contê-la dentro de limites aceitáveis, admirá-las e exotizá-las, empoderá-las e controlá-las. A hipervisibilidade de algumas poucas “exceções” – Beyoncé, Serena, Rihanna – pode inclusive servir para obscurecer a persistente invisibilidade ou visibilidade distorcida da maioria das mulheres racializadas.

O conceito de interseccionalidade mostrou-se fundamental para essa análise, pois permitiu compreender como raça e gênero não operam isoladamente, mas em complexa interação que produz experiências específicas. O misogynoir – a forma particular de misoginia dirigida a mulheres negras – atualiza-se nas novas tecnologias, dos algoritmos de plataformas sociais aos vídeos gerados por inteligência artificial, mas mantém continuidades profundas com estereótipos forjados nos períodos da escravidão e da colonização.

As implicações éticas e políticas desses achados são claras. A transformação das dinâmicas de representação exige mais que boa vontade individual: demanda responsabilidade de plataformas e produtores de conteúdo, regulação estatal, educação midiática e letramento racial. Exige, sobretudo, que as próprias pessoas racializadas tenham controle sobre suas imagens e narrativas – que possam recusar a visibilidade predatória e negociar os termos de sua exposição.

Em última análise, o que está em jogo é a possibilidade de uma sociedade em que todas as vidas sejam verdadeiramente celebradas – não como exceções exóticas, não como mercadorias consumíveis, não como espetáculos para o olhar alheio, mas como vidas humanas em sua plena complexidade e dignidade. Uma sociedade em que Monalisa pudesse simplesmente existir, sem ser transformada em meme; em que Serena Williams pudesse expressar indignação sem ser caricaturada como fera; em que trabalhadoras migrantes fossem reconhecidas por suas contribuições essenciais, não apenas por sua vulnerabilidade. Uma sociedade, enfim, em que o direito à própria imagem fosse verdadeiramente universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALDahoul, Nouar et al. Inclusive content reduces racial and gender biases, yet non-inclusive content dominates popular media outlets. **arXiv**, 10 maio 2024.
2. BOLTON, Lucy; MARTIN-JONES, David; SINNERBRINK, Robert. Becoming Beyoncé: Disidentification and Racial Imaginaries. In: BOLTON, Lucy; MARTIN-JONES, David; SINNERBRINK, Robert. **Contemporary Screen Ethics: Absences, Identities, Belonging, Looking Anew**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2023. p. 83-99.
3. BRANFMAN, Jonathan. **Millennial Jewish Stars: Navigating Racial Antisemitism, Masculinity, and White Supremacy**. New York: New York University Press, 2024.
4. FERREDAY, Debra. **Perfil acadêmico**. Lancaster University. Disponível em: <https://www.>

- lancaster.ac.uk/arts/people/debra-ferreday. Acesso em: 22 fev. 2026.
- 5.GASSAM, Janice. How Anti-Black AI Videos Harm Black Women At Work. **Forbes**, 7 nov. 2025. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/janicegassam/2025/11/07/how-anti-black-ai-videos-harm-black-women-at-work/>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- 6.MOKHTAR, Mohd Istajib; RANGODA, Tharindi; SHENGNAN, Feng. Pixel-Perfect Lies: How Digital Media Reinforces Harmful Stereotypes About Women Across Asia. **Bernama**, 8 maio 2025. Disponível em: <https://www.bernama.com/en/thoughts/news.php?id=2451316>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- 7.MUTERO, Vimbai. “As a Woman...”: Policing Black Femininity Through Unsolicited Digital Advice. **Journal of Femininities**, 2025.
- 8.PURKAYASTHA, Bandana et al. Gendered inclusions and exclusions: Intersectional media discourses during the pandemic in India and the USA. **Springer Nature**, 2025.
- 9.SANTOS, Maria Eduarda. **Intersectionality in Celebrity Branding**: Analyzing Biographical Films of Lizzo, Beyoncé, and Rihanna. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Anglistica) – Wydział Filologiczny, Universidade Maria Curie-Skłodowska, Lublin, 2025.
- 10.SHARMA, A. Monalisa’s Viral Fame: The Male Gaze, Brown Skin Fetishisation, And Patriarchal Control. **Feminism in India**, 24 jan. 2025. Disponível em: <https://feminisminindia.com/2025/01/24/monalisas-viral-fame-the-male-gaze-brown-skin-fetishisation-and-patriarchal-control/>. Acesso em: 22 fev. 2026.
- 11.WEININGER, Melissa. Review of BRANFMAN, Jonathan. Millennial Jewish Stars: Navigating Racial Antisemitism, Masculinity, and White Supremacy. **H-Judaic**, H-Net Reviews, ago. 2025. Disponível em: <https://www.h-net.org/reviews/showrev.php?id=61963>. Acesso em: 22 fev. 2026.